

Agravamento das desigualdades presentes nas relações entre juventude e mundo do trabalho durante a pandemia

Aggravation of inequalities present in relations between youth and the world of work during the pandemic

Agravamiento de las desigualdades presentes en las relaciones entre los jóvenes y el mundo del trabajo durante la pandemia

Recebido: 08/10/2022 | Revisado: 26/10/2022 | Aceitado: 28/10/2022 | Publicado: 02/11/2022

Kleberon Almeida de Albuquerque

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7134-5266>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: kleberonalbuquerque@gmail.com.br

Vergas Vitória Andrade da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3730-5938>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: vergas@ufpa.br

Resumo

O dossiê Juventude e Trabalho, organizado pela Revista Novos Estudos, é uma das mais atuais, completas e importantes coletâneas de estudos que abordam as relações entre juventude e o mundo do trabalho. Ela teve sua elaboração no início do avanço da pandemia no Brasil. Diante disto, nosso objetivo é levantar discussões que subsidiem o diálogo entre os apontamentos apresentados no referido dossiê e o conjunto dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as taxas de desocupação no país. Para dar conta de tal objetivo, levantamos o seguinte questionamento: como os resultados apresentados no dossiê Juventude e Trabalho dialogam com os dados sobre desocupação no contexto pandêmico de 2020 e 2021? A metodologia de construção deste artigo é de natureza teórico-bibliográfica, intercalada por descrição e análise estatística de dados secundários e exame dos artigos que compõem o dossiê. Segundo nossos resultados, há uma assimetria entre as teses defendidas nos artigos analisados e os dados que deflagram um alto índice de jovens sem trabalho no contexto pandêmico. O artigo conclui que a realidade que enseja uma conjunção entre crise econômica e crise sanitária agrava as desigualdades de inclusão de jovens ao mundo do trabalho. Por fim, esperamos que a análise proposta possa subsidiar uma correlação qualitativa de dados provenientes de pesquisas atuais que apontam desigualdades nas relações de transição da escola para o trabalho, identificando a necessidade de políticas públicas voltadas para educação e inserção no mercado de trabalho de jovens que transitam para a vida adulta.

Palavras-chave: Juventude; Mundo do trabalho; Pandemia; Desigualdades; COVID-19.

Abstract

The Youth and Work dossier, organized by the Revista Novos Estudos, is one of the most current, complete, and important collections of studies that address the relationship between youth and the world of work. It had its elaboration at the beginning of the advance of the pandemic in Brazil. In view of this, our objective is to raise discussions that support the dialogue between the notes presented in the dossier and the set of data released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) on unemployment rates in Brazil. To achieve this objective, we raise the following question: how do the results presented in the Youth and Work dossier dialogue with data on unemployment in the pandemic context of 2020 and 2021? The methodology of construction of this article is of a theoretical-bibliographic nature, interspersed with description and statistical analysis of secondary data and examination of the articles that make up the dossier. According to our results, there is an asymmetry between the theses defended in the analysed articles and the data that trigger a high rate of young people without work in the pandemic context. The article concludes that the reality that gives rise to a conjunction between the economic crisis and the health crisis exacerbates the inequalities in the inclusion of young people in the world of work. Finally, we hope that the proposed analysis can support a qualitative correlation of data from current research that points to inequalities in the transition from school to work, identifying the need for public policies aimed at education and insertion in the labour market of young people who transition into adulthood.

Keywords: Youth; World of work; Pandemic; Inequalities; COVID-19.

Resumen

El dossier Juventud y Trabajo, organizado por la Revista *Novos Estudos*, es una de las colecciones de estudios más actuales, completas e importantes que abordan la relación entre la juventud y el mundo del trabajo. Tuvo su elaboración al inicio del avance de la pandemia en Brasil. Frente a eso, nuestro objetivo es suscitar discusiones que sustenten el diálogo entre las notas presentadas en el citado dossier y el conjunto de datos difundidos por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) sobre las tasas de desempleo en Brasil. Para lograr este objetivo, nos planteamos la siguiente pregunta: ¿cómo dialogan los resultados presentados en el dossier Juventud y Trabajo con los datos de desempleo en el contexto de la pandemia de 2020 y 2021? La metodología de construcción de este artículo es de carácter teórico-bibliográfico, entremezclada con descripción y análisis estadístico de datos secundarios y examen de los artículos que componen el dossier. Según nuestros resultados, existe una asimetría entre las tesis defendidas en los artículos analizados y los datos que desencadenan una alta tasa de jóvenes sin trabajo en el contexto de la pandemia. El artículo concluye que la realidad que da lugar a una conjunción entre la crisis económica y la crisis sanitaria agudiza las desigualdades en la inclusión de los jóvenes en el mundo del trabajo. Finalmente, esperamos que el análisis propuesto pueda apoyar una correlación cualitativa de datos de investigaciones actuales que apuntan a las desigualdades en la transición de la escuela al trabajo, identificando la necesidad de políticas públicas dirigidas a la educación y la inserción en el mercado laboral de jóvenes en transición en la edad adulta.

Palabras clave: Juventud; Mundo de trabajo; Pandemia; Desigualdades; COVID-19.

1. Introdução

O ano de 2020 se iniciou de forma totalmente inesperada. Ainda em janeiro, fomos alertados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) acerca do possível surto pandêmico da COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em decorrência deste, em menos de dois meses foi decretada uma pandemia em escala global. A partir de então começaram a ser estabelecidas medidas de enfrentamento a proliferação deste novo vírus. A diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa F. Etienne, afirmava ainda no mês de abril que as medidas de distanciamento social, continuavam “sendo nossa melhor aposta para reduzir a transmissão e retardar a propagação do vírus em nossas comunidades” (Etienne, 2020, s/p).

No início da pandemia foi propagada a ideia de que “todos estavam no mesmo barco”, apontando assim a necessidade do desenvolvimento de confiança e solidariedade global, pois sem isto o vírus sempre sairia vitorioso (Harari, 2020). No entanto, isto não passa de uma falácia, visto que a tal crise tem acentuado as desigualdades como apontado por Davis (2020), Bartão (2021) e Sasse (2021), ao discorrerem sobre a luta de classes frente ao novo corona vírus, que escancarou a vista de todos as desigualdades presentes entre aqueles que detém o capital e possuem mecanismos de driblar o contágio ou até custear um tratamento com urgência e aqueles que precisam trabalhar para prover seu sustento todos os dias, colocando em risco a si e sua família, além de ter que recorrer ao sistema de saúde que está acima do seu limite de atendimento.

Os estudos que tomamos como referência (Carvalho, 2020; Gohn, 2020; Harvey, 2020; Santos, 2020; Mattedi, et al., 2020; Žižek, 2020) encontram evidências de que a pandemia afeta mais fortemente populações em situação de maior precariedade, “sendo distinto o impacto de acordo com o lugar ocupado pelos grupos na estrutura social” (Santos, et al., 2020, p.225). No caso de epidemias anteriores, Carvalho (2020) ressalta que as taxas de mortalidade registradas, como, por exemplo, no episódio da gripe espanhola, foram até trinta vezes maiores em regiões mais pobres. Ainda segundo essa autora, “a pandemia de 2009 do H1N1 não foi tão diferente: um estudo de 2013 apontou uma taxa de mortalidade vinte vezes maior em países da América do Sul do que na Europa” (Carvalho, 2020, p.5). Ademais, no interior de cada país, os mais vulneráveis também estão mais sujeitos aos impactos da crise econômica e de saúde pública.

Estas relações desiguais são ainda sustentadas por ideologias advindas de o próprio poder público na figura do presidente da república. Desta forma, Rosário (2020), aponta a incoerência existente na postura do atual presidente, ao ter a segurança pública como uma das principais propostas de campanha, no entanto tentou minimizar a gravidade da pandemia causada pela COVID-19, contrariando os órgãos internacionais de saúde. Esse discurso negacionista é valorizado principalmente por empresários e pessoas pertencentes à classe média, que se veem como privilegiados ao ter acesso a condições para comprar medicamentos e podem se confinar em suas residências, sabendo que terão o que comer no dia

seguinte. A lógica política do atual governo se posiciona com a proposta de minimizar a intervenção do governo na economia, propondo um ideal neoliberalista, que mesmo tendo poder para tomar medidas para a contenção do vírus, negligenciou tal oportunidade, demonstrando a real face da proposta desta gestão, uma política neoliberal, pois “para o neoliberalismo, as vidas são descartáveis” (Rosario, 2020, p.14).

A inquietação para realização da pesquisa, parte do descaso do atual presidente com a situação da crise sanitária em que vive o país diante deste surto pandêmico, do qual não estávamos preparados para enfrentar, que tem acentuado as desigualdades sem ter políticas públicas capazes de solucionar os problemas sociais e econômicos decorrentes desta crise. Além do mais, seu posicionamento ao tentar deslegitimar a ciência e não levar em consideração o número de mortos até o momento, aponta para o sentenciamento a morte de milhares de brasileiros (Krenak, 2020), essa necropolítica está associada de forma intencional a forma de governar deste (des)governo. Com Sua política Neoliberal tenta desmantelar o Sistema Único de Saúde (SUS), recusando medidas sanitárias mínimas, se colocando acima da ciência, assumindo seu governo neofacista, onde se intitula salvador da pátria (Lowy, 2020).

Tendo este contexto em vista, nosso foco de interesse recai sobre as discussões presentes no dossiê *Juventude e Trabalho*, organizado pela *Revista Novos Estudos*, que é uma das mais atuais, completas e importantes coletâneas de estudos que abordam as relações entre juventude e o mundo do trabalho. Ela teve sua elaboração no início da disseminação da pandemia no Brasil. Com vistas a desvelar as nuances intrínsecas ao acesso dos jovens ao mundo do trabalho, o dossiê visa multiplicar as formas de abordagem explorando diversas portas de entrada ao tema (Guimarães, 2020). Partindo daí, nosso objetivo é fazer um debate que subsidie o diálogo entre os apontamentos apresentados no referido dossiê e o conjunto dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as taxas de desocupação no Brasil. Para dar conta de tal objetivo, levantamos o seguinte questionamento: como os resultados apresentados no dossiê *Juventude e Trabalho* dialogam com os dados sobre desocupação no contexto pandêmico de 2020 e 2021?

As repostas possíveis a essa questão serão oferecidas por meio de uma abordagem teórico-bibliográfica, intercalada por descrição e análise estatística de dados secundários e exame dos artigos que compõem o dossiê. Por fim, esperamos que a análise proposta, possa subsidiar uma correlação qualitativa de dados provenientes de pesquisas atuais que apontam desigualdades nas relações de transição da escola para o trabalho, em conjunto com olhar histórico crítico da construção destes resultados, identificando as relações que as políticas públicas voltadas na educação e inserção no mercado de trabalho de jovens que transitam para a vida adulta dentro do contexto da atual pandemia no cenário brasileiro.

2. Metodologia

A metodologia de construção deste artigo é de natureza teórico-bibliográfica. As fontes utilizadas para a abordagem e tratamento de nosso objeto de estudo foram textos, decorrentes de pesquisas anteriores, apresentados sobre a forma de artigos num dossiê de revista científica. A este respeito, vale assinalar que as pesquisas bibliográficas se utilizam “de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (Severino, 2007, p. 122). Ademais, nosso estudo se valeu da descrição e análise estatística de dados secundários como um recurso importante para dar respostas ao problema levantado na introdução deste artigo. Afinal, análises estatísticas são um dos aspectos importantes no que tange aos estudos científicos, pois revelam grandes quantidades de dados para descobrir padrões e tendências subjacentes.

Sendo assim, este estudo baseou-se numa análise dos dados provenientes de séries históricas sobre as taxas de desocupação no Brasil. Os números a que nos referimos são de duas naturezas: 1. Taxa de desocupação, por idade, 1º trimestre 2012 - 2º trimestre 2022 e 2. Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 - 2º trimestre 2022. Compreender tais

estatísticas é fundamental para atender aos desígnios deste artigo, afinal, temos interesse em relacionar os dados sobre desocupação e as teses defendidas no dossiê *Juventude e trabalho*. A propósito, os artigos que submetemos ao exame podem ser assim apresentados: (I) *Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades?* (Nadya Guimaraes; Murillo Brito; Alvaro Comin); (II) *A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão* (Carlos Corseuil; Maíra Franca; Katcha Poloponsky); (III) *Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis* (Helena Abramo; Gustavo Venturi; Maria Carla Corrochano); (IV) *Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas?* (Enid Rocha, et al.); (V) *Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho* (Ludmila Costhek Abílio).

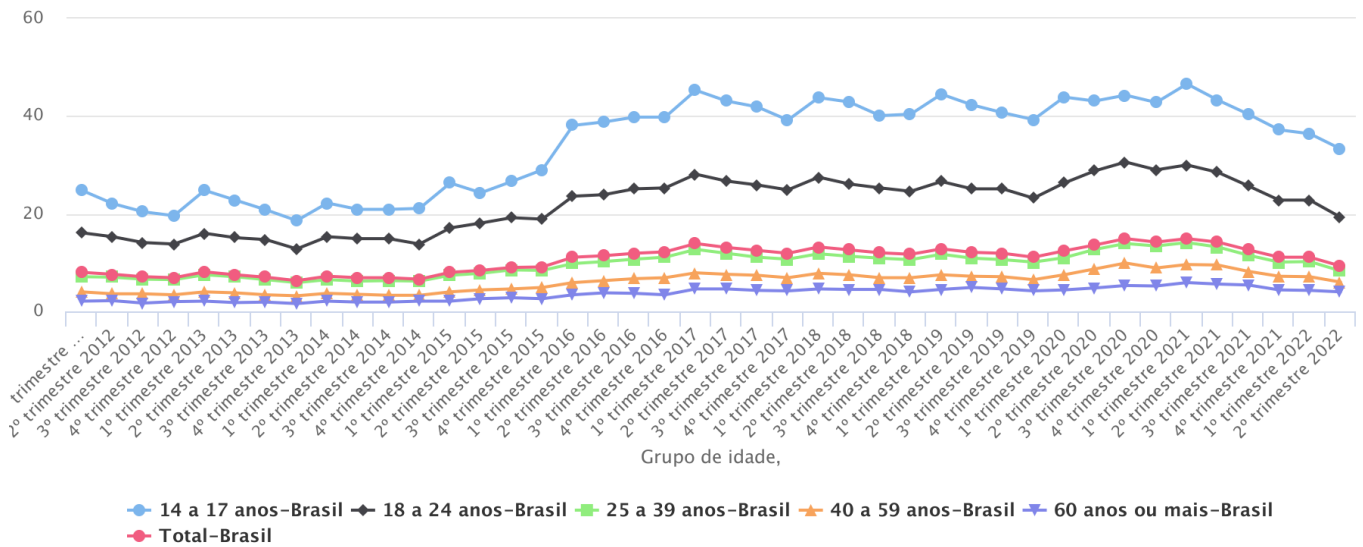
3. Resultados e Discussão

Um artigo que pretende pensar o tema da juventude e trabalho é um estudo tributário de uma outra temática correlata, qual seja: as desigualdades educacionais. A desigualdade existente no Brasil é destacada por Langoni (1973), onde aponta que a escolaridade possui profunda relação com a sustentação destas assimetrias. Em sua pesquisa, “chega à conclusão fundamental de que um dos principais determinantes da desigualdade de renda no Brasil são as disparidades educacionais entre os membros da força de trabalho” (Barros & Mendonça, 2006, p. 1). Sendo assim, tendo em vista que estas disparidades educacionais são criadas e mantidas pela classe dominante de forma intencional, desta mesma forma, faz-se necessário haver uma superação da relação da classe oprimida frente à educação. Neste sentido, Saviani (1992) se posiciona contra as ideologias que se pautam na desvalorização da escola e do saber sistematizado, pois como afirma “a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola” (Saviani, 1992, p. 23).

Diante das desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes, muitos jovens precisam ter sua inserção muito cedo no mercado de trabalho, tendo a conciliação entre as atividades escolares e profissionais um dos principais desafios a serem enfrentados. Esta é uma realidade vivenciada pelos jovens da classe trabalhadora, visto que se vêem em “um contexto em que é preciso a venda de sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência” (Pereira & Oliveira, 2020, p. 12), desvelando assim, a contradição entre os discursos meritocráticos liberistas e as verdadeiras faces das desigualdades de oportunidades que a juventude pobre e trabalhadora vivencia. Sendo assim, Furtado e Silva (2020) discorrem em sua pesquisa em consonância Bourdieu e Passeron às desigualdades existentes no contexto escolar, servem para a manutenção da sociedade tal como está, reproduzindo os sistemas de dominação, subsidiando a ilusão de uma meritocracia que segrega e marginaliza estudantes menos dotados de capital econômico, simbólico e cultural.

A seguir, apresentamos a *Figura 1*, que dá destaque para o elevado índice de desemprego apresentado durante a pandemia no Brasil, apresentando queda somente no final do ano de 2021 e 2022.

Figura 1 - Taxa de desocupação, por idade, 1º trimestre 2012 – 2º trimestre 2022.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua trimestral.

Como se pode deprender da *Figura 1* (acima), as maiores taxas de desocupação encontram-se entre as faixas de idade 14 a 17 anos e 18 a 24 anos (representadas pela cor azul e preta, respectivamente). No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação, entre aqueles que têm entre 14 e 17 anos, chega à marca de 43,9%, sendo necessário dizer que esse é o período de auge da pandemia no Brasil e no mundo. No primeiro trimestre de 2021, a mesma faixa de idade atinge ao alarmante número de 46,6% de desocupação. Ainda a respeito da *figura 1*, há algo que se destaca entre as faixas de idade entre 18 e 24 anos, refiro-me a taxa de 30,4% de desocupação que se registra no terceiro trimestre de 2020 (período caracterizado por vários *lockdowns*) e permanece quase que instável no primeiro trimestre de 2021. Os dados são categóricos ao demonstrar que foram períodos difíceis para todos, mas, sobretudo, para a juventude.

Levando isso em consideração, apresentaremos mais adiante as discussões apresentadas pelo Dossiê *Juventude e Trabalho*. Abaixo, disponibilizamos um quadro geral com uma síntese dos artigos, seus objetivos e principais resultados. Como é possível observar, o *Quadro 1* (abaixo) resume a proposta idealizada pelo dossiê. Nele podemos observar como o tema da inclusão de jovens brasileiros no trabalho é tratada pelos autores, destacando que a presente temática tem sido abordada por diversas áreas do conhecimento. Sendo este período de transição da escola para o trabalho, uma fase de diversos outros acontecimentos importantes na vida dos jovens, apontando que essa sequência linear que leva o jovem da escola para o trabalho e de seu núcleo familiar original para a formação de uma nova família, tem sido questão para muitas pesquisas na atualidade, por ver estas como marcos de definem a transição da vida jovem para a adulta. Estas questões têm se agravado em decorrência do contexto pandêmico, como apresentados nos dados anteriores.

Quadro 1 - Síntese Dossiê Juventude e Trabalho, Novos Estudos (2020).

ARTIGO	OBJETIVO	RESULTADOS
Trajétórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? (Nadya Guimaraes; Murillo Brito; Alvaro Comin)	Debruçar sobre dados de um survey, realizado em 2013 pela Organização Internacional do Trabalho	O ano de 2014 marca uma inflexão importante na dinâmica da economia brasileira, que embarca numa crise cujos desdobramentos nos acompanham até o momento atual
A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão (Carlos Corseuil; Maíra Franca; Katcha Poloponsky)	Refletir sobre as transformações observadas nos elos entre jovens e mercado de trabalho, sob efeito da abrupta mudança no cenário econômico	A ampliação do acesso ao ensino médio e superior tornou importante revisitar o tema da combinação entre estudo e trabalho, que havia ficado obscurecido pelas análises sobre os chamados “nem-nem”
Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis (Helena Abramo; Gustavo Venturi; Maria Carla Corrochano)	Analisar diferentes modos de viver e significar a experiência simultânea de estudar e trabalhar, emblemática da condição juvenil no Brasil.	Evidenciam a existência de múltiplos e complexos fatores envolvidos na sobreposição de atividades que se expressa na situação de simultaneamente estudar e trabalhar
Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas? (Enid Rocha, et al.)	Analisar os achados de entrevistas realizadas no Brasil, no âmbito da pesquisa comparativa <i>Millennials</i> na América Latina e no Caribe.	Os jovens não “são nem- -nem”, mas “estão nem-nem”. O texto avança ao ressaltar a ampla heterogeneidade que caracteriza esse grupo de jovens, pondo em relevo as diferentes vulnerabilidades que os atingem
Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho (Ludmila Costhek Abílio)	Analisar o trabalho de <i>bikeboys</i> e <i>motoboy</i> s, discutindo a participação de jovens negros no contexto do gerenciamento algorítmico do seu trabalho e do controle centralizado de modos de vida periféricos.	A pandemia não apenas visibilizou a importância desse tipo de trabalho como também trouxe à luz o tema das condições de trabalho dos entregadores e a sua surpreendente capacidade de organização política

Fonte: Elaborado pelos autores (2022); Guimarães (2020).

No dossiê há um destaque para a análise das relações dos jovens que ficaram conhecidos como “nem- nem”, por não terem a oportunidade de trabalhar ou estudar, sendo está uma grande discussão dentro da temática proposta. Nos apontamentos dos estudos apresentados, também houve a intenção de desenvolver reflexões sobre atual crise sanitária que o mundo se encontra, no entanto sem ter o devido aprofundamento, visto as pesquisas iniciaram em um período no qual a pandemia no Brasil ainda estava em seu estágio inicial, sendo assim não conseguimos abarcar de forma mais completa os novos fatores que se integravam a relação de jovens e o mundo do trabalho.

No primeiro artigo do dossiê, escrito por Guimarães et al., (2020), intitulado *Trajétórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades?*, os autores apontam que as desigualdades também se apresentam de múltiplas formas de acordo com marcadores presentes ou ausentes em cada caso investigado, visto que os dados por eles analisados “reforçam o entendimento de que os percursos laborais são socialmente determinados e refletem características externas ao mercado de trabalho que estruturam o funcionamento deste” (Guimarães et al., 2020, p. 483). Sendo assim os autores asseguram que a existência dessas desigualdades estruturais, “alteram as chances de um indivíduo ter uma trajetória de melhor ou de pior qualidade, mesmo em uma conjuntura que lhe seria favorável quanto à disponibilidade e à qualidade das oportunidades ocupacionais” (Guimarães et al., 2020, p. 488). Associando isso também ao fato de ser mulher, mãe jovem, negro, ou ambas apresentando ambos os marcadores, apontando assim para a maior risco de serem direcionados para a situação de “nem-nem”, além do consequente direcionamento para o desemprego ou situações de ocupação informal (Rocha, et al., 2020).

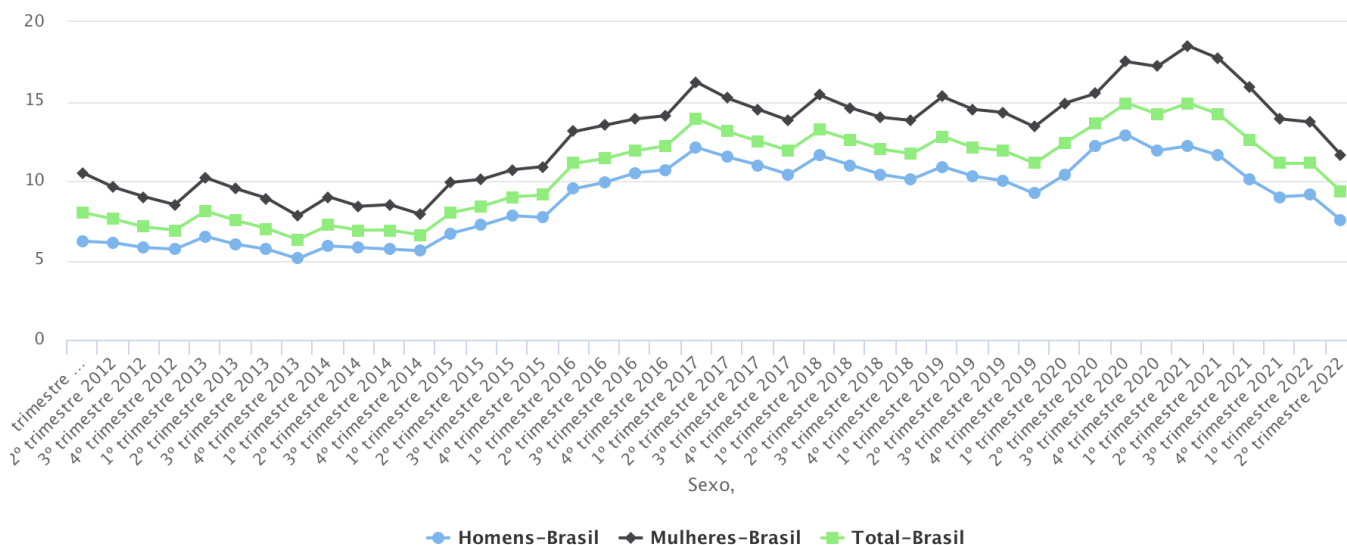
Ainda sobre o primeiro artigo, os autores chamam a atenção para a ideia de “segregação de percurso” para os empecilhos encontrados por aqueles jovens que já possuem vida conjugal ou de maternidade ou paternidade, implicando assim nas dificuldades para se manter estudando, não significando que deixarão os estudos para sempre, mas que esse abandono mesmo que momentâneo da educação escolar pode acarretar em diminuição de oportunidades profissionais, sendo neste grupo o principal índice de jovens tidos na situação “nem-nem”, que não possuem a oportunidade de estudar e nem trabalhar. Este

espectro desigual afeta diretamente pessoas em diferentes contextos e singularidades, seja no campo educacional, na área da saúde, no mundo do trabalho e outros (Zucolotto et al., 2019; Lopes, et al., 2020; Cardoso, et al., 2022).

A este respeito, foi apontada por Cardoso (2013), a desigualdade estabelecida na estrutura social, com relação ao gênero, onde é imputado o trabalho doméstico às mulheres, mesmo quando estas possuem ocupações profissionais fora de casa e quando não o há, este é velado e não o é atribuído como trabalho, mesmo tendo sua ocupação praticamente total a esta função. Esta divisão sexual do trabalho é destacada também por Cardoso, Souza e Albuquerque (2021, p. 6) onde afirmam que “a idealização da mulher como a dona de casa, lhe atribui funções domésticas, que lhe impôs uma dupla, e até mesmo tripla, jornada de trabalho”. Desta forma, entende-se que as desigualdades se apresentam como tendo um direcionamento além do contexto econômico, contribuindo com “a ampliação do desalento, especialmente juvenil (negro e de baixa escolaridade) e à exclusão simultânea da escola e do mercado de trabalho entre as mulheres” (Guimarães et al., 2020, p. 493).

Este cenário desigual também pode ser visto nos índices de desemprego, visto que o mundo do trabalho continua reproduzindo padrões patriarcais de dominação e desvalorização de gênero, impondo desiguais oportunidades para que mulheres atuem no mercado de trabalho. Como não poderia ser diferente, este cenário somente se agravou dentro do contexto pandêmico, como pode ser observado na *Figura 2* (abaixo).

Figura 2 - Taxa de desocupação, por sexo, 1º trimestre 2012 – 2º trimestre 2022.



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua trimestral.

A *Figura 2* (acima) demonstra de forma muito clara que são as mulheres as mais vulneráveis quando se fala em termos de desocupação. Como é possível observar, as mulheres, representadas pela cor preta, apresentam taxas de desemprego maior do que a dos homens, representada pela cor azul. O que chama a atenção na figura são os dados do terceiro trimestre de 2020, nele as mulheres chegam à marca de 17,5% de taxa de desocupação e sobe, no primeiro trimestre de 2021, para 18,5%. São números que confirmam que as mulheres, durante o período pandêmico, tiveram que enfrentar inúmeros desafios advindos de seu sexo; o peso das desigualdades que lhe é imposto, sendo infinitamente superior.

Neste sentido, frente à crise sanitária e política evidenciada na pandemia da COVID-19 aqui no Brasil, “a inserção dos jovens tornou-se ainda mais instável, deixando mais evidentes as desigualdades que os diferenciam” (Guimarães et al., 2020, p. 493), tal como ocorre com as desigualdades de gênero, apresentadas na *Figura 2*. Apontando assim para a urgência de propor pesquisas que se debruçam na pesquisa desta temática, a fim de serem cobradas políticas públicas que busquem sanar tais problemáticas levantadas.

No segundo artigo, dos pesquisadores Corseuil, Franca e Poloponsky (2020), intitulado *A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão*, os autores buscam fazer um diagnóstico da realidade atual acerca da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Apontando que em período de recessão econômica os empresários procuram ser ainda mais seletivos quando a contratação de novos empregados exigindo experiência e maior qualificação, sendo assim, os jovens são os mais afetados pelo desemprego frente a crises como a que tem se estabelecido no país, ampliando as chances de entrada na informalidade e empregos com condições degradantes que implicam na impossibilidade de continuidade dos estudos, como apontado em notícias recentes de que os trabalhos com garantia de direitos trabalhistas tem virado exceção dentro do atual contexto sanitário, político e econômico em que estamos inseridos, estruturando a precarização trabalhista, principalmente para os jovens (Roubicek, 2020; Seciuk, 2021; Alvez, 2021).

Acerca disto, podemos compreender também que

Quando o jovem resolve ingressar no mercado de trabalho, encontra relativamente poucas oportunidades, talvez em função da ausência de credenciais provenientes de experiências progressas. Nesse cenário, ele passa a considerar oportunidades de emprego em postos de pior qualidade, vislumbrando obter a credencial que lhe faltou para uma melhor posição. Disso resulta uma alta concentração de jovens no setor informal ou mesmo no segmento de empresas menos produtivas dentro do setor formal (Corseuil et al., 2020, p. 505).

Desta forma, quando os jovens se tornam trabalhadores informais, acabam se tornando mais vulneráveis pelo fato de estarem à margem do sistema de garantias de proteção social, sendo esta proteção social, as ações garantidas pelo Estado, a fim de proteger os trabalhadores dos riscos naturais, sociais e econômicos (Mossi, 2020). Sendo assim, os jovens conseguem empregos de curta duração, temporários ou terceirizados, não possuem tais garantias, além de também não sanar a necessidade de experiências e de recursos financeiros deles, levando novamente para o mercado de trabalho em curto espaço de tempo.

Neste intuito Corseuil et al., (2020), definem os empregos não formais os que não possuem registro em carteira, além daqueles trabalhadores não remunerados, que trabalham por conta própria, além de empregadores que não contribuem com a previdência. A tendência que jovens de camadas mais pobres da sociedade serem direcionados para este tipo de trabalho é preocupante, visto que “o ingresso no mercado de trabalho pelo emprego informal tende a comprometer a trajetória profissional dos jovens por muito tempo (Corseuil et al., 2020, p.516).

No terceiro artigo analisado por nós, de autoria de Abramo et al., (2020), intitulado *Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis*, os autores abordam sobre as diversas configurações em que os jovens se relacionam ou não com a educação e com o mundo do trabalho. Apontam para a ampliação de acesso ao nível médio e superior pelas camadas mais pobres da sociedade, no entanto, diante das condições socioeconômicas em que eles estão inseridos, se deparam com a necessidade da inserção precoce ao mercado de trabalho, sendo na adolescência ou juventude, sem ter políticas públicas suficientes que contemplem este público.

Em sua pesquisa, destacaram que o início da vida laboral na adolescência possui diversas finalidades, podendo ser determinada para ajudar nas despesas da casa, como também para aquisição de experiências entre outros. Que acarreta alguns casos, dificuldades para conciliar com os estudos, ou a queda do desempenho escolar e interrupção do vínculo temporário com a escola. Onde também é apresentado, o fim do apoio financeiro da maioria dos estudantes, ao fim do ensino médio, sendo necessário que eles arquem com os custos de cursos profissionalizantes, curso superior, e até mesmo marca o início das cobranças para arcar com despesas dentro de casa.

Em casos apresentados de camadas mais pobres da sociedade, o nível superior se torna possível tendo a criação de mecanismos que possibilitam a conciliação dos estudos com o trabalho, “os jovens desenvolvem a estratégia de trabalhar para continuar estudando, pois não podem pedir a seus pais que os mantenham nessa fase da vida ou não se sentem confortáveis

com isso” (Abramo et al., 2020, p. 536), isso se dá muitas vezes, pela expectativa gerada para oportunidades de trabalho após a formação superior. Sendo assim, todos estes apontamentos

revelam a enorme carência de políticas de cuidados que ofereçam suportes para que as jovens com obrigações familiares possam garantir sua inclusão educacional e laboral. Nota-se que seus percursos educacionais e de trabalho sofrem interferência da presença e da ausência de tais programas. É possível mesmo dizer que as trajetórias desses jovens refletem os avanços, assim como os dilemas, proporcionados pelas políticas públicas desenvolvidas no último período, que caracterizaram o contexto no qual cresceram e processaram seus percursos de formação e inserção laboral (Abramo et al., 2020, p. 540).

O penúltimo artigo, intitulado *Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas?*, de autoria de Rocha, et al. (2020), apresenta as vulnerabilidades dos jovens que se encontram na situação de “nem-nem”, sem oportunidade de estudar e trabalhar, tendo em vista que períodos longos de inatividade laboral e de formação profissional deixam marcas na trajetória laboral dos jovens, “associada a problemas como pobreza, desalento, depressão, baixa autoestima e preconceito” (Rocha, et al., 2020, p. 546).

Os pesquisadores apresentam também a relação das habilidades socioemocionais com as oportunidades de superar obstáculos dentro do mercado de trabalho, visto que jovens com baixa autoestima, acabam não acreditando que conseguirão conseguir uma vaga de emprego e por este motivo muitas vezes deixam de tentar conseguir. Carecendo assim de políticas públicas de intervenção nesta realidade, a fim de combater a exclusão social a que estes jovens são submetidos, visto que, “nesse período, podem ver suas competências profissionais desvalorizadas e sua saúde mental comprometida, o que pode prejudicar de forma irremediável sua trajetória futura. A vulnerabilidade, nesse caso, é considerada muito alta porque a reversão da situação demandaria elevados custos individuais e sociais” (Rocha, et al., 2020, p. 553).

Esses jovens, que não estão conseguindo trabalhar, e em virtude disto não possuem renda e não conseguem se capacitar para o mercado de trabalho, não conseguindo assim nos estudos que poderiam prover habilidades de qualificação para sua profissionalização, da mesma forma “os jovens têm de gastar com transporte e ficar disponíveis para fazer entrevistas, e, como não acreditam que irão conseguir, acabam achando que o esforço não vale a pena” (Rocha, et al., 2020, p. 556). Sendo assim, faz-se necessário a implantação de políticas públicas por parte do estado, para irem de encontro a estas habilidades profissionais e socioemocionais dos jovens.

Desta forma, para que a haja o retorno destes jovens ao mercado de trabalho, faz-se necessário muito mais do que políticas públicas de qualificação profissional, mas também de desenvolvimento de habilidades socioambientais que possam promover tempo, espaço e condições adequadas para que participem de um processo de que os preparará para desenvolver seu potencial no inseridos no mercado de trabalho, retomando assim sua trajetória laboral. Visto que

As múltiplas fragilidades materiais, sociais e emocionais que perpassam as vidas desses jovens demandam ações públicas que não apenas respondam a suas necessidades atuais, mas também dialoguem com a matriz geradora dessa situação — as desigualdades sociais de renda, de gênero, de raça e de acesso aos direitos sociais, como a educação de qualidade. Um olhar atento sobre as desvantagens que acompanham as rotas de estudo e trabalho dos jovens nem-nem pode nos ajudar a pensar sobre quais seriam os principais elementos que deveriam compor políticas públicas dirigidas a essa população e também a refletir sobre quais aspectos contribuem para a pouca efetividade de algumas ações governamentais implementadas para apoiar esse grupo (Rocha, et al., 2020, p. 557).

Visto que, diante dos programas de inclusão destes jovens no mercado de trabalho, nem uma da conta da diversidade de conjunturas em que estes estão inseridos, pois tentam homogeneizar os jovens a fim de que encaixem no mercado de trabalho sem levar em consideração sua subjetividade e especificidades sociais, econômicas e culturais. Sendo assim, as políticas públicas que busquem atender os jovens em situação de “nem-nem”, precisam deixar de encarar os problemas da não

inserção desses jovens apenas relacionados à formação e qualificação, precisam contemplar a estrutura e as subjetividades que contemplam as realidades onde estes se inserem, rompendo assim com os ciclos de desigualdades que os aprisiona.

No último artigo, *Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho*, da Ludmila Costhek Abílio, traz um debate muito interessante sobre uma nova realidade das relações de trabalho, o fenômeno conhecido por uberização, definido “como novo tipo de controle e gerenciamento do trabalho associado a um processo de informalização, que leva à consolidação do trabalhador sob demanda” (Abílio, 2020, p. 579). A autora faz uma análise inovadora e pioneira sobre as condições de trabalho dos *bikeboys* e *motoboy*s, discutindo “a participação de jovens negros no contexto do gerenciamento algorítmico do seu trabalho e do controle centralizado de modos de vida periféricos” (Guimarães, 2020, p. 470). A autora aponta que o trabalho de *bikeboys* e *motoboy*s cai sob medida num contexto pandêmico em que parte significativa de consumidores confinados carecem que produtos cheguem às suas casas. A autora é bastante perspicaz ao retratar as condições de trabalho desses entregadores, mas também a força de engajamento político que produziu uma paralização em meio a pandemia da COVID-19.

Para a autora “as condições de trabalho dos entregadores também possibilitam reconhecer na uberização processos de degradação do trabalho, que envolvem rebaixamento do valor da força de trabalho, extensão do tempo de trabalho, intensificação, transferência de riscos e custos para o trabalhador, além de uma perda/deslocamento de sua identidade profissional” (Abílio, 2020, p. 581). É a partir dessa argumentação, que a autora conclui sua que as categorias juventude e uberização devem ser compreendidas por meio do reconhecimento das desigualdades que se interrelacionam e que convergem em diferentes disparidades, trajetórias, acessos e oportunidades. Deste modo, “diferentes condições de trabalho e de remuneração se estabelecem por dentro da categoria *bikeboy*: quando essa ocupação — já precária, de baixa qualificação e rendimento — se informaliza e se precariza, a participação dos jovens negros cresce significativamente” (Abílio, 2020, p. 595). Fica aqui, mais uma vez, evidente as relações que se estabelecem entre juventude e precarização do trabalho.

Por fim, pode se observar, ao longo dessa seção, as simetrias entre os argumentos presentes nos artigos do dossiê *Juventude e Trabalho* que apontam para uma desigualdade no acesso dos jovens ao mercado de trabalho e os dados que revelam disparidades nas taxas de desocupação da juventude e das mulheres. Ora, segundo nossa análise, as teses defendidas pelos autores dos artigos dialogam de maneira bastante fluída com as estatísticas de desemprego apresentadas durante os primeiros trimestres de 2012 e os segundos trimestres 2022. Quando se observa, de maneira mais sistemática, os anos pandêmicos (2020 e 2021), percebe-se que houve um agravamento das desigualdades presentes nas relações entre juventude e mundo do trabalho.

4. Conclusão

Diante das discussões levantadas, a partir do dossiê *Juventude e Trabalho*, conseguimos subsidiar um diálogo entre resultados dos artigos e o conjunto de dados divulgados pelo IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua trimestral, com destaque para os anos de 2020 e 2021. Vimos assim, que no momento de pandemia global, muitas pessoas estavam impedidas de trabalhar, sendo que, aqueles que possuem garantias trabalhistas conseguem ter auxílio-doença ou seguro-desemprego, no entanto aqueles que estão inseridos no mercado informal, não possuem estes direitos, assim como tem sido o caso de muitos jovens, como discutimos ao longo deste artigo. Este contexto agrava as desigualdades que se vislumbra no vínculo juventude e mundo trabalho.

Desta forma, vimos que a pandemia amplia a generalização da situação de informalidade para uma ampla camada da população. Desta forma, podemos compreender também, que para além das conjunturas econômicas, as desigualdades e vulnerabilidades se apresentam em diferentes configurações, atingindo de forma mais agravante mulheres e pessoas negras, ampliando assim, no atual cenário os problemas sociais de desigualdade de gênero e raça na presente sociedade.

Frente à relação que educação possui com a juventude dentro do processo de formação para o trabalho, compreendemos que a escolaridade é um dos fatores propulsores para a inserção no mercado de trabalho, visto que esta pode subsidiar o desenvolvimento de competências exigidas por empresas que empregam trabalhadores. No entanto, como apontado anteriormente, em período de crises as empresas buscam ter maiores exigências para a contratação, principalmente de jovens, exigindo experiências e formação profissional, todavia, sem os recursos financeiros provenientes do trabalho, muitas vezes não é possível se qualificar, impondo assim diversas barreiras para a autonomia financeira dos jovens.

Sendo assim, diante das discussões levantas que apontam desigualdades nas relações de transição da escola para o trabalho, identificando que as políticas públicas voltadas na educação e inserção no mercado de trabalho de jovens que transitam para a vida adulta dentro do contexto pandêmico no cenário brasileiro, precisa de um olhar mais atento, tendo em vista a complexidade das configurações, sociais, econômicas e culturais onde os indivíduos estão inseridos, levando em consideração sua subjetividade e características diversas apresentadas.

Por fim, é importante ressaltar que o término deste estudo abre novas possibilidades de investigação. Há questões e nuances centrais que ficaram em aberto neste artigo. Por isso, doravante, é preciso se ater a dois aspectos que carecem ser estudados pormenorizadamente em futuras pesquisas, quais sejam: (1) é pertinente buscar a identificação de possíveis cenários e respostas que possam mitigar o problema identificado na presente pesquisa, ou seja, alternativas podem ser levantadas frente ao agravamento das desigualdades de inclusão de jovens ao mundo do trabalho; (2) é fundamental insistir, também, numa pesquisa de ordem mais qualitativa que busque enxergar sutilezas, obviamente difíceis de se considerar em estudos estatísticos sobre as taxas de desocupação, contemplando, agora, o contexto pós-pandêmico. Em outras palavras: a situação de jovens sem trabalho sofre alteração numa conjuntura em que a pademia da COVID-19 parece ter sido controlada? Investiremos esforços em dar respostas às questões acima em nossos próximos trabalhos.

Referências

- Abílio, L. C. (2021). Uberização E Juventude Periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 579-597.
- Abramo, H. W., Venturi, G. & Corrochano, M. C. (2021). Studying and Working: A Qualitative View of a Complex Combination in Youth Trajectories. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 523-542.
- Barros, R. P. D. & Mendonça, R. S. P. (1995). *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. IPEA.
- Bartão, N. (2021). Pandemia e o retrato da desigualdade social que virou um abismo entre ricos e pobres. Valor Investe. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/03/29/pandemia-e-o-retrato-da-desigualdade-social-que-virou-um-abismo-entre-ricos-e-pobres.ghtml>
- Cardoso, A. (2013). Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno crh*, 26(68), 293-314.
- Cardoso, C., Albuquerque, K. A. de, Maia, M. de L., & Figueiredo, L. (2022). Educação como direito: a construção do lugar da pessoa surda na educação brasileira. *Research, Society and Development*, 11(6), e45111629282.
- Cardoso, C., Souza, L. F., & Albuquerque, K. A. (2021). Gênero e desigualdade na escola: por uma educação emancipadora. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 04, 08, 154-167.
- Carvalho, L. (2020). *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*. Todavia.
- Corseuil, C. H. L., Franca, M. P., & Poloponsky, K. (2021). A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 501-520.
- Davis, M. (2020). *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem amos: Brasil.
- Furtado, R. S., & Silva, V. V. A. (2020). A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. *Revista e-Curriculum*, 18(1), 158-179.
- Etienne, C. F. (2020). COVID-19: Diretora da OPAS pede 'extrema cautela' na transição para medidas de distanciamento social mais flexíveis. OPAS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/14-4-2020-covid-19-diretora-da-opas-pede-extrema-cautela-na-transicao-para-medidas>
- Gohn, G. M. (2020). Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. *Humanidades & Inovação*, 7(7), 9-20.

- Guimarães, N. A. (2021). Apresentação: Os jovens brasileiros e o trabalho: Desafios que se atualizam. *Novos estudos CEBRAP*, 39, 465-473.
- Guimarães, N. A., Brito, M., & Comin, A. A. (2021). Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos estudos CEBRAP*, 39, 475-498.
- Harari, Y. N. (2020). *Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade*. Companhia das Letras.
- Harvey, D. (2020). Política anticapitalista em tempos de covid-19. In: Davis, M. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos.
- Krenak, A. (2020). O amanhã não está à venda. Companhia das letras.
- Langoni, C. G. (1973). Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. Escola de Pos-Graduação em Economia, EPGE. Ensaios Econômicos da EPGE, 8.
- Lowy, M. (2020). “Gripezinha”: o neofacista Bolsonaro diante da epidemia. In: Tostes, A., & Melo Filho, H. (Orgs.). Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru: Canal 6, 147-150.
- Lopes, G. S., Souza, J. S. de, Lapa, P. S., Reis, M. N. de S., & Miranda, R. B. de. (2020). Desigualdades sociais e Saúde: novas reflexões frente Bauman e Dalrymple. *Research, Society and Development*, 9(12), e41291211393.
- Mattedi, M. A., Ribeiro, E. A., Spiess, M. R., & Ludwig, L. (2020). Epidemia e contenção: cenários emergentes do pós-Covid-19. *Estudos avançados*, 34, 283-302.
- Pereira, G. A. F., & Oliveira, R. M. D. S. R. (2020). Escolhas profissionais do jovem da classe trabalhadora: opção ou legitimação. *Research, Society and Development*, 9(11), e80591110591-e80591110591.
- Rocha, E., Costa, J., Silva, C. B. E., Posthuma, A., & Caruso, L. A. (2021). Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar: como formular políticas públicas? *Novos estudos CEBRAP*, 39, 545-562.
- Rosário, L. (2020). A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, 28-49.
- Roubicek, M. (2020). A precariedade do mercado de trabalho cada vez mais exposta. *Nexo Jornal*. <https://www.nexojornal.com.br/serie/2020/12/10/A-precariade-do-mercado-de-trabalho-cada-vez-mais-exposta>
- Santos, M. P. A. D., Nery, J. S., Goes, E. F., Silva, A. D., Santos, A. B. S. D., Batista, L. E., & ARAÚJO, E. (2020). População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estud. av.*, São Paulo, 34(99) p. 225-244.
- Santos, B. S. (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina: Coimbra.
- Saviani, D. (1992). *Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas.
- Sasse, C. (2021). Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. *Agência Senado*. Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>
- Seciuk, C. (2021). Pandemia impulsiona informalidade no mercado de trabalho e CLT pode virar exceção. *Gazeta do Povo, Economia*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/trabalho-pandemia-impulsiona-informalidade/>
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez.
- Žižek, S. (2020). Um golpe como o de “kill bill” no capitalismo. In: Davis, M. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 48p.
- Zucolotto, M. P. D. R., Cocco, B. G., & Ruviano, J. F. (2019). Exclusão de mulheres negras: uma análise do filme “Histórias Cruzadas”. *Research, Society and Development*, 8(2), e2882649.